



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14474 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A trama neoliberal e a emergência do Novo Ensino Médio

Marcos Vinicius da Silva Goulart - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

**Resumo:** O presente estudo pretende desenvolver uma genealogia acerca da emergência do Novo Ensino Médio e sua relação com o que denomino *trama neoliberal*: algo que enreda os sujeitos em uma rede de relações de poder/saber cujo fio condutor é a noção de capital humano, mas, também, uma maquinação de uma série de agentes do mercado representados pelos institutos e fundações privadas, que tem “pautado” a educação brasileira nos últimos anos. Utilizou-se como metodologia a análise dos discursos genealógica de inspiração foucaultiana, a partir da qual a questão central é pensar a emergência de determinadas práticas em função do questionamento sobre como produzimos o mundo que vivemos e aquilo que somos. Como resultado, percebeu-se que a educação dos jovens é algo em disputa por conta do capital que ela representa, sendo o Novo Ensino Médio a materialização do ideário neoliberal na educação.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio, Trama Neoliberal, Juventudes, Genealogia.

## Introdução

Uma das facetas neoliberalismo é a capacidade de transformar todas as esferas da vida humana em algo capitalizável. Nesse caso, os próprios sujeitos tendem a serem vistos como uma espécie de “agentes do mercado” ao tornarem-se parte de uma trama que enreda uma série de sujeitos e instituições que, entre si, se relacionam pela via da experiência do capital humano. Me refiro, nesse caso, à releitura que Michel Foucault (2008) faz do conceito, quando, ao analisar o neoliberalismo estadunidense, percebe nele algo fundamental: a relação que um sujeito estabelece consigo mesmo, isto é, o sujeito se torna um *empresário de si*, ele é o seu próprio capital. Além disso, quando me refiro a “trama”, tenho em mente dois significados, a saber, um conjunto de fios interligados e a noção um pouco obscura de maquinação. Essa trama opera no campo das relações de poder e saber, bem como é um modo

de governar. É necessário considerar que o Estado não é o único ente cujo atributo é governar, pois, como nos ensina Foucault (2014), o poder é algo que se exerce: é um conjunto de ações que se relacionam diretamente, a partir das quais produzimos nossa própria experiência enquanto seres humanos.

As mudanças no Ensino Médio brasileiro e o modo como a juventude vem sendo problematizada no país, desde o início da década de 2000, indicam duas tensões que põem em jogo relações de poder e saber enredados e tensionados por uma trama neoliberal. Temos, por um lado, um movimento político-institucional e acadêmico em que a juventude ganha espaço no cenário público, no qual as culturas juvenis passam a ser pensadas como ponto fundamental para políticas dirigidas aos jovens e, por outro lado, uma apropriação de um conjunto de enunciados que remetem à participação social dos jovens pela trama neoliberal, focada na concepção de que a juventude é um agente estratégico para o desenvolvimento social e econômico para o Brasil (THOMAS, 2004), um recurso que poderia construir um país mais justo, sustentável e competitivo, isto é, a juventude seria um capital fundamental.

Do ponto de vista metodológico, a noção de discurso utilizada nesta pesquisa considera que ele não apenas fala ou descreve determinados objetos, mas, os formam (FOUCAULT, 2007). Outra noção importante é problematização que, em Foucault (2006), é menos analisar algo como um problema, como uma questão a ser resolvida e mais pensar como determinados discursos, sobre determinado objeto, se constituiu no jogo do verdadeiro e do falso. Ou seja, uma problematização é parte de um discurso e emerge a partir dos processos de poder-saber. Nesse sentido, uma problematização da juventude é o modo como se elaborou um saber sobre os jovens, como esse saber se tornou uma “verdade” para a produção de ações voltadas a eles. Logo, ao aludirmos a uma problematização da juventude, em linhas gerais, estamos relacionando-a com práticas discursivas que resultaram em um modo de *ver* a juventude e os jovens.

O ponto central, portanto, é apresentar como a juventude vem sendo problematizada, como se pensou um Ensino Médio para os jovens enredado numa trama neoliberal que os viu como capital humano, adotando códigos e terminologias que, de alguma forma, materializam as maquinações do neoliberalismo brasileiro, objetivando chegar no que se acredita ser as condições de possibilidade do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017): uma política educacional tramado por institutos e fundações privadas de educação que visam governar as juventudes brasileiras. E, para isso, foram analisados documentos de institutos e fundações privadas, bem como documentos oficiais relacionados à temáticas políticas públicas de juventude e Ensino Médio.

## **Desenvolvimento**

A perspectiva da experiência juvenil como uma espécie de modelo para as instituições que lidam com os jovens se torna uma tônica na década de 2000, fazendo emergir uma perspectiva cultural para além do espaço das instituições socializadoras clássicas, bem como

indica que elas, de uma forma ou de outra, seriam transformadas por essa experiência, privilegiando uma identidade que se constituiria longe da visão dos pais, dos professores e dos patrões (DAYRELL, 2002). Assim, ao pensar o Ensino Médio numa perspectiva em que os estudantes são vistos como sujeitos jovens, seria necessário percebê-los também a partir dessa identidade que se constrói nos espaços extraescolares – sendo necessário conectar os termos juventude e estudante. Atualmente, essa preocupação aparece nos discursos em torno do Novo Ensino Médio, mas é parte da trama neoliberal que se produziu através de enunciados que apontavam uma desconexão entre Ensino Médio e o “mundo real”, como é possível perceber nos discursos que se produziram entre os anos de 2015 e 2016, ano da medida provisória do Novo Ensino Médio.

Um dos agentes da *trama neoliberal* é a Fundação Lemann que, em parceria com o Movimento Todos Pela Educação, elaborou uma pesquisa intitulada *Projeto de Vida* (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015), que tinha como intuito analisar a desconexão entre o que os alunos aprendiam na Educação Básica e o “Mundo Real” (Ensino Superior e Mercado de Trabalho). É uma pesquisa que ouviu professores universitários, alunos egressos do Ensino Médio e empresários, esses que não consideravam que os jovens egressos dessa etapa de ensino possuíam o conhecimento necessário para ocupar postos de empregos demandados pelo mercado de trabalho. Outro agente da *trama neoliberal* é o Instituto Unibanco, que criou em 2007 o projeto Jovem de Futuro, considerado um de seus projetos principais no que diz respeito à educação. Esse projeto virou, em 2011, uma parceria com o Governo Federal, o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) constituindo, assim, a Rede Jovem de Futuro. Segundo o relatório de atividades do Instituto, do ano de constituição dessa parceria, um dos objetivos do Jovem de Futuro é estimular “[...] a escolarização como solução para o apagão da mão de obra especializada, com reflexos na diminuição do desemprego [...]” (INSTITUTO UNIBANCO, 2011, p. 11). Pode-se se dizer, sem sobra de dúvidas, que estamos diante do discurso para a formação de capital humano que, no caso da experiência neoliberal que vivemos, é aquele que vende o discurso do empreendedorismo, da formação de sujeitos empresários de si mesmos.

O Novo Ensino Médio não é uma demanda dos jovens brasileiros, como se fez acreditar os defensores da reforma. Ao contrário, contra a reforma, estudantes ocuparam escolas e saíram as ruas para fazer ouvirem sua voz. Essa reforma é uma demanda do capital que, junto com outras reformas, visa tornar a mão de obra mais barata no Brasil, barateando não somente os custos para o empresariado em relação ao emprego, mas a própria formação do jovem trabalhador. Nos anos que antecederam a reforma do Ensino Médio, o governo de então tentou implementar uma série de propostas que traziam consigo a ideia de que o estudante deveria ser visto como um agente atuante na escola, bem como houve a tentativa de implementar propostas que transformassem e tornassem mais atrativa essa etapa de ensino. Programas como o Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2009) e o Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (BRASIL, 2013), por exemplo, apontavam para a necessidade de um processo de transformação do Ensino Médio, que levava em consideração

uma formação dos professores e um redesenho do seu currículo.

O saber sobre os estudantes como produtores de uma experiência juvenil a ser considerada na prática docente era algo fundamental, o que demonstra que é uma falácia o argumento recorrente, dos defensores da reforma, de que quem é contra o Novo Ensino Médio, quer que ele volte a ser o que é. Nada mais falso, pois quem defende a revogação da reforma propõe uma ampla discussão na sociedade, que leve em consideração a voz dos jovens e que não seja refém da trama neoliberal que, infelizmente, possui muita força no Brasil contemporâneo.

### **Considerações Finais**

A juventude, com as mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos, não vale por aquilo que *é*, mas sim, por aquilo que *deve ser*. Se desde a década de 2000 o jovem vinha sendo pensado como um sujeito de direitos, implicando a ideia de que o Ensino Médio seria um *locus* da experiência juvenil, agora, com as transformações neoliberais desta etapa de ensino, culminadas no tal “Novo Ensino Médio”, as culturas juvenis passam a ser utilizadas como um meio de captura para produzir o discurso do empreendedorismo, a partir de um suposto protagonismo juvenil baseado nas possibilidades de escolha de itinerários formativos, para citar um exemplo. Todavia, não é só isso, o modo como os jovens foram desconsiderados como sujeitos na produção da última reforma do Ensino Médio, demonstra o quanto ela foi antidemocrática.

Não há como deixar de lado o fato de disciplinas como filosofia e sociologia serem escanteadas no “Novo Ensino Médio”, ao se tornarem estudos e práticas, isto é, conteúdo sem a devida autonomia, ficando a critério das redes de ensino oferecerem ou não. Essas disciplinas são aquelas que, de alguma forma, ensinam os jovens a fazer uma leitura política e social do mundo, bem como desenvolver uma análise crítica dos conhecimentos. Nesse caso, são fundamentais para que os jovens se tornem cidadãos ativos politicamente. Contudo, ao priorizar a ideia de projeto de vida e escolhas de itinerários, exploram um protagonismo limitado a escolhas alheias as dos estudantes. Enquanto isso, os jovens estão por aí, sonhando com uma educação que potencialize seus desejos e que proporcione uma formação condizente com os desafios do mundo contemporâneo – é preciso achar modos de seguir a trama neoliberal *destramando-a...*

### **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. **Institui O Programa Ensino Médio Inovador. Brasília, DF: Mec, 09 out. 2009b.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192). Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio.** 2013b. Disponível em: [http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto\\_fort\\_ensino\\_medio.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf). Acesso em: 23 abr. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Lei do Novo Ensino Médio**. Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 23 abr. 2023.

DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.117-136, jun. 2002a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 240-251.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 236 p.

FOUCAULT, Michel. Aula de 21 de março de 1979. In: FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 329-363.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 118-140.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Projeto de Vida**: O papel das escolas na vida dos jovens. [s.l]: Fundação Lemann, 2015.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades do Instituto Unibanco**. [s.l]: Instituto Unibanco, 2011. 56 p. Disponível em: [https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel\\_atividades\\_IU\\_2011.pdf](https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/rel_atividades_IU_2011.pdf). Acesso em: 23 abr. 2023.

THOMAS, Vinod. Juventude e Banco Mundial. In: BANCO MUNDIAL. **Vozes Jovens**. Brasília: Banco Mundial, 2004. p. 15-16.